

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL PILAR 3

SCANIA BANCO S.A.
2º Trimestre de 2026

Sumário

1. Introdução	3
2. Perfil e Appetite de Riscos	3
3. Principais Riscos Relacionados ao Modelo de Negócios	4
3.1 Risco de Crédito	4
3.2 Risco Operacional	4
3.3 Risco Socioambiental e Climático	4
3.4 Riscos de Mercado	5
3.5 Riscos de Liquidez	5
3.6 Gerenciamento de Capital	5
4. Governança do Gerenciamento de Riscos	5
5. Canais de Disseminação da Cultura de Riscos	6
6. Escopo e Mensuração de Riscos	6
7. Processo de Reporte de Riscos	7
8. Programa de Testes de Estresse	7
9. Estratégias de Mitigação de Riscos	7
10. Gestão de Capital e Adequação do PR	8
11. Anexos	9
11.1 OVA1 Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA Canais de Disseminação da Cultura de Riscos	9
11.2 Tabela KM1 - Indicadores prudenciais e gerenciamento de risco	10
11.3 Tabela CR1 - Qualidade crítica das exposições	11
11.4 Tabela CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal Mudanças significativas no estoque de exposições classificadas como ativos problemáticos em relação a tabela CR1	11

1. Introdução

O Scania Banco S.A. (“Instituição”) foi constituído em 12 de agosto de 2009 e recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil (“BCB”) em 4 de dezembro de 2009. A Instituição integra o grupo Traton Financial Services AB, responsável globalmente por soluções financeiras destinadas aos clientes da marca Scania. A Scania, por sua vez, compõe o portfólio de marcas da TRATON SE, subsidiária do Grupo Volkswagen AG.

Este Relatório Pilar 3 é elaborado em conformidade com a Resolução BCB nº 54/2020 e suas alterações, apresentando as informações referentes à estrutura de gerenciamento de riscos e capital da Instituição e das entidades que compõem o Conglomerado Prudencial.

A Instituição adota práticas robustas de governança, políticas, processos e controles compatíveis com a natureza e a complexidade de suas operações, garantindo a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e reporte adequado dos riscos inerentes ao negócio.

2. Perfil e Appetite de Riscos

A Instituição concentra suas operações no fornecimento de soluções financeiras destinadas aos clientes da marca Scania no Brasil, com forte presença no segmento de transporte rodoviário. O volume de negócios acompanha diretamente o desempenho comercial da Scania, tornando o crescimento da Instituição dependente da dinâmica de vendas da montadora.

A definição do apetite de riscos considera o cumprimento dos objetivos estratégicos, a aderência às exigências regulatórias e a manutenção de níveis prudenciais de capital. A Declaração de Appetite a Riscos (RAS) estabelece métricas, indicadores, limites e responsabilidades, assegurando que a Instituição aceite apenas os riscos compatíveis com sua capacidade financeira e operacional.

O monitoramento do apetite a riscos é conduzido periodicamente. Eventuais

desenquadramentos são analisados pelas áreas responsáveis, acompanhados por planos de ação e reportados ao Comitê de Gerenciamento de Riscos e ao Conselho de Administração.

3. Principais Riscos Relacionados ao Modelo de Negócios

A Instituição está exposta a um conjunto de riscos inerentes ao seu modelo de negócios, considerando sua atuação no financiamento de clientes da marca Scania e sua inserção no segmento de transporte rodoviário. Os principais riscos relevantes são: risco de crédito, risco operacional, risco socioambiental e climático, risco de mercado, risco de liquidez e aspectos relacionados ao gerenciamento de capital.

3.1 Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações financeiras por parte dos tomadores. A Instituição adota políticas prudenciais de concessão de crédito, incluindo análise econômico-financeira, utilização de modelos de rating e score, avaliação de tendências de inadimplência e exigência de garantias quando aplicável. A estratégia busca manter uma carteira de alta qualidade, preservando rentabilidade e reduzindo perdas.

3.2 Risco Operacional

O risco operacional envolve perdas provenientes de falhas em processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Seguindo as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017, a Instituição mantém registros estruturados de eventos de perda, promovendo análises periódicas e implementação de ações corretivas. O cálculo de capital é apurado pela Abordagem Padronizada Simplificada.

3.3 Risco Socioambiental e Climático

A Instituição integra fatores socioambientais e climáticos na avaliação de clientes e na gestão de sua carteira. O processo inclui monitoramento contínuo das atividades financiadas, análise de potenciais impactos ambientais e climáticos e realização de testes de estresse. As diretrizes seguem políticas internas e regulamentação vigente.

3.4 Riscos de Mercado

O risco de mercado abrange a possibilidade de perdas decorrentes de flutuações em taxas de juros e outros fatores financeiros. A Instituição utiliza a metodologia do Delta NII (Net Interest Income) como ferramenta principal de mensuração do impacto nos resultados da carteira bancária (IRRBB), reportado mensalmente no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). Adicionalmente, monitora a métrica de Delta EVE (Economic Value of Equity), cujo limite de variação máxima frente ao Patrimônio de Referência é mantido em conformidade com o teto regulatório de 15% estabelecido pelas práticas de gestão de risco e diretrizes do Banco Central. A carteira da Instituição é classificada como banking book, sem exposição a operações de negociação

3.5 Riscos de Liquidez

O risco de liquidez refere-se à capacidade de honrar obrigações a curto e longo prazo, mesmo em cenários adversos. O monitoramento inclui previsões diárias de caixa, análises de fluxo de 90 dias, planos de contingência e testes de estresse. A Instituição mantém limites mínimos de liquidez e controles alinhados às práticas internas e globais.

3.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital visa garantir que a Instituição mantenha níveis adequados de Patrimônio de Referência em relação aos riscos assumidos. O planejamento estratégico considera horizonte mínimo de cinco anos, com revisões periódicas e aplicação de testes de estresse. Os resultados são reportados ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração.

4. Governança do Gerenciamento de Riscos

A governança do gerenciamento de riscos da Instituição está estruturada de forma a garantir independência, solidez, transparência e alinhamento às normas do Banco Central do Brasil. A estrutura contempla instâncias de deliberação, supervisão e execução, assegurando que decisões críticas sejam adotadas com base em informação adequada e tempestiva.

O Conselho de Administração exerce o papel de instância máxima de governança, sendo responsável por aprovar políticas de riscos, estratégias, limites e a Declaração de Apetite a Riscos (RAS). O Comitê de Gerenciamento de Riscos apoia o Conselho na supervisão dos riscos, revisando relatórios, determinando prioridades e avaliando a efetividade dos controles internos.

O Diretor de Riscos (CRO) possui independência funcional e acesso direto ao Conselho. É responsável por implementar o arcabouço de riscos, supervisionar atividades de monitoramento e assegurar aderência às políticas internas e regulatórias. Suas atribuições incluem propor melhorias, avaliar novos produtos, validar modelos e coordenar o reporte institucional.

A Auditoria Interna avalia periodicamente a robustez da estrutura de riscos, verificando conformidade, efetividade e aderência às melhores práticas. Já a função de Compliance monitora o cumprimento normativo, regulatório e legal.

5. Canais de Disseminação da Cultura de Riscos

A Instituição promove uma cultura de riscos sólida e integrada, assegurando que colaboradores compreendam sua responsabilidade no gerenciamento de riscos corporativos. A disseminação ocorre através de programas estruturados de treinamento, comunicações periódicas, campanhas internas e documentos institucionais como o Código de Conduta.

A comunicação contínua reforça boas práticas, conscientização e comportamento ético. Workshops periódicos com áreas de negócios fortalecem a compreensão dos principais riscos e dos controles associados, promovendo alinhamento entre a estratégia corporativa e o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração.

6. Escopo e Mensuração de Riscos

A mensuração dos riscos ocorre por meio de metodologias, modelos e processos compatíveis com a natureza das operações da Instituição. O risco de crédito é quantificado por modelos de rating, score e projeção de inadimplência. O risco operacional é mensurado por bases internas de perdas e avaliações periódicas de controles. Já o risco de mercado utiliza métricas como EVE e análise de sensibilidade.

O risco de liquidez é mensurado por projeções de fluxo de caixa, indicadores de liquidez, testes de estresse e limites internos de liquidez mínima. Para riscos socioambientais e climáticos, utiliza-se avaliação de impactos potenciais, análises de clientes e testes de cenário adversos.

7. Processo de Reporte de Riscos

O reporte de riscos ocorre de maneira estruturada, periódica e tempestiva. A Diretoria Executiva recebe relatórios mensais contendo indicadores-chave de risco (KRIs), limites, tendências e recomendações. O Comitê de Gerenciamento de Riscos recebe relatórios trimestrais mais aprofundados, incluindo análises de cenários, avaliações de controles e planos de ação.

O Conselho de Administração recebe reportes estratégicos, com informações integradas sobre capital, liquidez, desempenho de carteira e exposição consolidada a riscos relevantes. A consistência do reporte garante que decisões estratégicas sejam adotadas de forma informada e prudente.

8. Programa de Testes de Estresse

A Instituição realiza testes de estresse periódicos para avaliar impactos em condições adversas sobre crédito, liquidez, mercado e capital. Os testes consideram cenários severos porém plausíveis, alinhados às recomendações regulatórias e práticas internacionais.

O teste de estresse de crédito avalia aumento significativo de inadimplência, queda de recuperações e deterioração da carteira. O teste de liquidez considera choques de saída de caixa, queda nas captações e restrições de mercado. Para risco de mercado e IRRBB, avaliam-se variações abruptas de taxas de juros.

Os resultados alimentam o planejamento de capital e definem ações mitigatórias quando necessário.

9. Estratégias de Mitigação de Riscos

A Instituição adota estratégias de mitigação robustas e consistentes, que incluem controles internos, políticas de limites, análises periódicas, segregação de funções, revisão de processos e automação de controles.

Planos de ação são elaborados para riscos classificados como elevados, acompanhados por cronogramas e responsáveis definidos. A revisão trimestral

de riscos e controles garante atualização contínua e adequação às demandas operacionais, regulatórias e de mercado.

10. Gestão de Capital e Adequação do PR

A gestão de capital busca assegurar que o Patrimônio de Referência (PR) permaneça adequado aos riscos assumidos e ao crescimento projetado das operações. O planejamento de capital contempla horizonte mínimo de cinco anos e inclui projeções de carteira, receitas, despesas, provisões e requerimentos mínimos regulatórios.

O processo envolve análises mensais de suficiência de capital, comparação com limites prudenciais, realização de testes de estresse e definição de estratégias de manutenção ou reforço do capital.

Os resultados são reportados ao Comitê de Riscos e ao Conselho de Administração.

11. Anexos

11.1 OVA1 Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA

Canais de Disseminação da Cultura de Riscos

Visão geral do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) utilizado na apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR).

		a	b	c
		RWA		Requerimento mínimo de PR
		T	T-1	T
R\$ Milhares				
		jun/26	mar/25	jun/26
1	Risco de crédito em sentido estrito	12.140.446	12.203.508	971.236
2	Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	12.166.941	12.247.692	973.355
3	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
5	Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	-	-	-
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	25.400	40.800	2.032
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9	Do qual: mediante demais abordagens	25.400	40.800	2.032
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	1.094	3.384	88
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	-	-	-
20	Risco de mercado	-	-	-
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	-	-	-
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	-	-	-
24	Risco operacional	810.898	810.898	64.872
1	Risco de Pagamentos (RWASP)	-	-	-
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	-	-	-
29	Total (1+6+12+13+14+16+20+24+1+25)	12.977.838	13.058.590	1.038.227

11.2 Tabela KM1 -Indicadores prudenciais e gerenciamento de risco

Informações quantitativas referentes aos componentes do capital regulamentar, à Razão de Alavancagem e aos indicadores de liquidez.

	a	b	c	d	e
	T	T-1	T-2	T-3	T-4
R\$ Milhares	jun/26	mar/26	dez/25	set/25	jun/25
Capital Principal	1.669.726	1.688.914	1.696.392	1.720.779	1.714.734
Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: - art. 4º, caput, inciso I, e §§ 8º e 9º, da Resolução	1.669.726	1.688.914	1.696.392	1.720.779	1.714.734
Nível I	1.669.726	1.688.914	1.696.392	1.720.779	1.714.734
Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.669.726	1.688.914	1.696.392	1.720.779	1.714.734
Patrimônio de Referência (PR)	1.669.726	1.688.914	1.696.392	1.720.779	1.714.734
Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	1.669.726	1.688.914	1.696.392	1.720.779	1.714.734
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
RWA total	12.977.838	13.058.590	13.782.502	14.009.523	14.174.556
RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de	12.977.838	13.058.590	13.782.502	14.009.523	14.174.556
Índice de Capital Principal (ICP)	12,87	12,93	12,31	12,28	12,10
Índice de Capital Principal (ICP) considerando: - Numerador: corresponde à linha 1a; - Denominador: corresponde à linha 4b	12,87	12,93	12,31	12,28	12,10
Índice de Nível 1 (%)	12,87	12,93	12,31	12,28	12,10
Índice de Nível 1, considerando: - Numerador: corresponde à linha 2a; - Denominador: corresponde à linha 4b	12,87	12,93	12,31	12,28	12,10
Índice de Basileia	12,87	12,93	12,31	12,28	12,10
Índice de Basileia, considerando: - Numerador: corresponde à linha 3a; - Denominador: corresponde à linha 4b	12,87	12,93	12,31	12,28	12,10
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	-	-	-	-	-
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico (%)	-	-	-	-	-
ACP total (%)	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Margem excedente de Capital Principal (%)	2,37	2,43	1,81	1,78	1,60
Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	2,37	2,43	1,81	1,78	2,50
Exposição total	14.313.651	14.634.204	15.587.229	16.147.012	16.046.138
Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12	14.313.651	14.634.204	15.587.229	16.147.012	16.046.138
RA (%)	11,67	11,54	10,88	10,66	10,69
RA considerando: i. Numerador: corresponde à linha 2a; ii. Denominador: corresponde à linha 13a	11,67	11,54	10,88	10,66	10,69

11.3 Tabela CR1 - Qualidade crítica das exposições

Visão geral da qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

	a	b	c	g
	Valor bruto		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
R\$ Milhares				
1 Concessão de crédito	1.620.028	13.151.307	- 917.412	13.853.923
2 Títulos de dívida	-	-	-	-
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	-	-	-
2b dos quais: outros títulos	-	-	-	-
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	-	-	-
4 Total (1+2+3)	1.620.028	13.151.307	- 917.412	13.853.923

11.4 Tabela CR2 - Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Mudanças significativas no estoque de exposições classificadas como ativos problemáticos em relação a tabela CR1

R\$ Milhares	(a) Total
1 Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	1.345.378
2 Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	554.621
3 Valor das operações reclassificadas para curso normal	-75.530
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	-56.251
5 Outros ajustes	-148.191
6 Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	1.620.028